

A diferenciação social no interior do campesinato paraense

*Cátia Oliveira Macedo**

Resumo

Virando a página da violência e adentrando no universo do camponês que garantiu sua entrada e permanência na terra, nos propomos abordar neste trabalho os temas diferenciação sociais do campesinato, lançando novas questões para o debate acerca do tema. Para isso, tomamos como ponto de partida a trajetória social destes sujeitos e, por conseguinte, a história de luta pelo acesso a terra. Objetivamos entender como as diferentes estratégias de luta implicam a organização interna dos assentados, seja no tocante à produção, organização política, sociabilidade, mas principalmente no que concerne à diferenciação social do campesinato nesta região. A pesquisa se concentrou nos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Assentamento Rio Branco, localizados respectivamente nos municípios de Itupiranga, São João do Araguaia e Parauapebas.

Palavras-chave: diferenciação social; agricultura camponesa; campesinato; política; território camponês; assentamentos rurais; cultura.

A idéia de estudar a diferenciação sócio-econômica do campesinato a partir de três assentamentos na Amazônia Oriental¹ (Sudeste do Pará) se propõe de forma peculiar, sobretudo pela inexistência de um debate acadêmico mais acurado sob este enfoque na região. Em linhas gerais, as estratégias de reprodução social dos assentados nos assentamentos rurais em estudo se revelam por meio da reinvenção de tradições culturais² presentes em suas trajetórias de vida. As redes de parentesco e de vizinhança se fazem e refazem no cotidiano do assentamento, costuradas sob o tripé da cultura³, da produção agrícola e da organização política. Os espaços sociais do parentesco e da vizinhança se confundem num contínuo refazer-se.

Já rodei por esse mundão e já fiz um pouco de tudo, fui peão, empregado em posto de gasolina, só não pedi na rua por que sempre pensei que um homem com saúde pedir é uma humilhação, mas foi por pouco. Trabalhei na construção de Parauapebas, e meus dois filho. É muito tempo, mas nunca esqueci da vida na terra. Meu pai, lá no Maranhão, botava a gente cedo pra roça, ia dois três ano na escola. Eu estudei até a alfabetização, sei assinar o meu nome, não passo vergonha, não, mas só isso. A gente plantava para comer, o milho, o arroz, o feijão, a macaxeira e a mandioca. Quando o milho da criação acabava a gente pedia pro compadre pra pagar na próxima safra. Era assim, na próxima safra a gente sempre pagava uma saca de arroz, uma saca de milho, ninguém nunca ficava devendo. A vida era difícil, mas a gente levava, diferente de hoje. A terra era pequena, e foi o Geraldo pra São Luiz e o José, depois eu saí pelo mundo, faz 23 anos que não volto em casa. O velho morreu , mas tenho parente lá (...). (...) Aqui já tenho uma família, minha nora, genro, meus neto, já tenho uma grande família. Meus compadre são como meu irmão, eles nos auxilia na necessidade, na precisão (Manoel .C. Oliveira, Assentamento Ubá, Janeiro de 1995).

Seu Manoel faz referência à humilhação da possibilidade de ter que pedir esmolas na cidade, ao mesmo tempo em que relembra da vida na terra de seus pais onde os laços marcantes de solidariedade e vizinhança permitiam que um empréstimo fosse pago na próxima safra. Claramente, coloca-se nesta fala o saudosismo

com relação a sua terra natal, o sofrimento relacionado ao distanciamento do convívio familiar. Todavia, o espaço do assentamento possibilita a reconstrução destes laços de solidariedade e de vizinhança e reproduz um novo enraizar-se⁴. Tal enraizamento é resultado das relações que se construíram desde o período de luta pelo acesso a terra e sua diversidade de ações até o momento de inserir-se no assentamento propriamente dito⁵. De certa forma, este estreitamento de relações estabelecido entre estes sujeitos no processo de construção de luta pela terra, bem como da luta na terra, permite um reencontro com o modo de vida camponês através do reencontro com elementos fundamentais para a reprodução deste grupo social: terra, trabalho familiar, solidariedade, liberdade e autonomia.

Tá na terra é como tá no céu. Tá certo que a gente não tem muita coisa que precisa, mas hoje a gente pode dizer que tem terra e com o trabalho a gente vai arrumando a vidinha. Se um adoecer o outro vem e ajuda, a família ajuda, lá na cidade ninguém podia assinar o meu nome no ponto e se eu não assinasse eu não recebia o trocado no final do mês. Aqui se não tem a carne a gente passa, faz um bom feijão com arroz, isso a gente tem, a gente planta, não depende de ninguém. A gente sempre come uma caça, de alguém que dá (Manoel, assentamento Ubá, janeiro 2006).
Aqui é tudo maranhense, baiano, cearense, mineiro, mas a gente vive numa grande comunidade, a terra é o nosso bem maior, pra gente usar e tirar o nosso sustento, porque a terra é um presente de Deus, por mais que muitos venda, se muda, a terra fica: ela é um bem que a gente não pode levar. A terra era difícil pra trabalhar e aqui nos conseguimos essa graça. Aqui a gente conhece todo mundo, diferente da cidade que a gente não conhece o vizinho, não tem como emprestar as coisa numa necessidade (Maria Pe Ligeiro, Rio Branco, janeiro de 2006).

Gestos de solidariedade se explicitam na fala acima, demarcando o perfil das relações que se constituem dentro do assentamento. Ao mesmo tempo em que a relação com a terra os aproxima, é através dela que estes sujeitos se realizam como camponeses⁶. As necessidades econômicas e culturais promovem a socialização, a ajuda mútua e a organização política.

Em linhas gerais, as trajetórias destes sujeitos são muito parecidas. Um número pequeno dos assentados chegou à região ainda na década de 70⁷, em busca de trabalho nas fazendas. Geralmente chegava mais de um membro de uma mesma família que se distribuía pelas plantações de capim e derrubada da mata para a implantação da pecuária.

Já os assentados chegados na década de 1980 vieram em busca de trabalho nos canteiros de obras, seguidos daqueles que saíram de seus estados em busca de terra para trabalhar. Na década de 1990, os trabalhadores que se dirigiram para o Sudeste do Pará o fizeram, principalmente, com o objetivo de entrarem nos movimentos de luta pela terra, principalmente o MST, seguido daqueles que passaram pela região em busca de trabalho.

Assim, migração, trabalho urbano, trabalho nas fazendas, participação em diferentes ações de luta pela terra (acampamento, ocupação de instituições públicas, contato com o Sindicato de Trabalhadores Rurais)⁹ apresentam-se como elementos comuns à vida dos assentados por nós estudados. A migração representa a vida de perambulação experimentada por estes trabalhadores, o trabalho na fazenda, negação da liberdade e da autonomia tão cara a este grupo social, o trabalho urbano, o distanciamento, mas ao mesmo tempo a aproximação do modo de vida camponês. Refiro-me, aqui, à oposição apresentada por um número expressivo de assentados que haviam experimentado a vida na cidade. Quase a totalidade dos trabalhadores pesquisados afirmou que o tempo e a vivência na cidade os despertou e aguçou neles o desejo de retornar para a terra¹⁰.

Sobre o trabalho na cidade:

(...) A cidade é o último lugar pra onde quero ir, mas não teve jeito tive que viver um tempo não tinha como trabalhar e resolvi tentar a sorte. Assinei a carteira uma vez, mas aquilo num é vida, era como se fosse escravo (...) (Joaquim, Rio Branco, Janeiro de 2004).

(...) Cresci ouvindo que a cidade era muita gente que a gente não tinha sossego, meu pai só ia a cidade pra receber o Funrural (...) (José , Ubá, Dezembro de 2005).

(...) Queria que meus filho pudesse estudar pra não ser qui nem a gente que sabe pouco, mas aqui não tem estudo, só na cidade(...)" (Maria José,Cristo Rei, Julho de 2004).

Sobre o trabalho assalariado:

(...) Trabalhei em muita fazenda, nem tenho a conta, mas agora to mais feliz. Não quero que filho meu tenha que ir se empregar em fazenda (...) (Manoel, Rio Branco, Janeiro de 2004).

(...) O trabalho na fazenda era bom, tava lidando com a terra, mas eu não podia fazer o que eu queria, eu queria plantar mandioca, mas acabava plantando milho que era pra ajudar na comida do gado. Era assim (...) (Francisco Silva, Ubá, Dezembro de 2005).

Sobre a organização política:

(...) Aqui quase todo pessoal é associado do sindicato. Todo mês a gente paga a mensalidade por que vai ter beneficio pra gente (...) (Benedito Albernáz, Ubá, dezembro de 2005).

(...) É com o sindicato que nos leva as nossa reivindicação pro INCRA e sempre a gente tem conseguido (...) (Inácio, Cristo Rei, Julho de 2004).

(...) Nós sem terra não pode esquecer que tem muito sem terra. A gente não pode esquecer que qualquer coisa que gente consigo é com luta, e o MST foi muito importante apesar dos problemas (...) (Maria Oliveira, Rio Branco, Janeiro de 2004).

À medida que se multiplicam as experiências fora da terra, forja-se a organização política necessária para o acesso ou retorno a ela. Desde o momento de ocupação dos antigos castanhais, como é o caso dos assentamentos Cristo Rei (1982) e Ubá (1984), até a transformação destas áreas em assentamentos, estes trabalhadores se organizaram através do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O assentamento Ubá teve o acompanhamento do Sindicato de São João do Araguaia logo após a Chacina de Ubá. Já o assentamento Cristo Rei chega, ao início da década de 1990, sem

qualquer ligação com o Sindicato ou qualquer organização de luta pela terra ou direitos. Já o assentamento Rio Branco (1992) é criado pelo MST na década de 1990, demarcando um novo momento no processo de construção de luta pela terra. É neste contexto que se inserem as mobilizações de antigas áreas de posse, exigindo do poder público infra-estrutura para a área. Isso culminaria na transformação do antigo castanhal Cristo Rei e do castanhal Ubá em Projetos de assentamento. De acordo com seu Vicente,

Só no final de 91, 93, despertamo para a necessidade de lutarmo por infra-estrutura para área. Entendemo naquele momento que era preciso regularizar a terra pra garantir financiamento, apoio que a gente não tinha, nunca teve. Antes a gente recebia uma visita da Emater, mas não tinha continuidade. As áreas de posse tava ai, mas não conseguimos financiar os agricultor, muito pouco (Assentamento Cristo Rei, Julho de 2005).

Passamo 1980 todo brigando pra ter um pouco de condição na área, mas era muito difícil, entrava ano e saía ano e a gente sofrendo, com a malária, sem escola, com a dificuldade de transporte. Nunca cansemo de lutar e o Sindicato sempre lá com a gente em todo momento (D. Maria, Assentamento Ubá, Julho de 2005).

A luta pela regularização da área (antigo castanhal-posse) era a estratégia, segundo seu Vicente, para a conquista de infra-estrutura para o assentamento. Tal perspectiva se coaduna com as políticas da União nesta área da Amazônia. Neste período se intensificaram as ações do Estado no sentido da transformação de antigas áreas de posse em Assentamentos.

Além disso, esta orientação da luta para a conquista de infra-estrutura nas áreas de posse da região deve-se, em parte, à estratégia de luta organizada pelo MST, que tem sua formação no Sudeste paraense neste período¹¹. Nesse momento, o MST estava empenhado em ações de luta com a finalidade de conquistar infra-estrutura para o assentamento Rio Branco.

Vale destacar que, ao mesmo tempo em que o Movimento Sem Terra organizava as mais variadas atividades para viabilizar a

negociação de infra-estrutura para o assentamento Rio Branco, os Sindicatos acirravam as mobilizações de luta pela conquista de infra-estrutura para as antigas áreas de posse que culminariam com a transformação de grande parte delas em assentamento¹².

Assim, as ações de luta construídas, neste período, reuniam reivindicações originárias das mais diversas organizações de luta pela terra e grupos sociais existentes no Sudeste paraense. Tais iniciativas demarcam um novo tempo na história de luta pela terra no Pará e na região por mim estudada. Os anos que seguem o massacre de Eldorado dos Carajás coincidem com a intensificação da luta, assim como da intensificação da ação do Estado, quer seja através da disponibilidade por parte deste, de infra-estrutura para os assentamentos como no caso do assentamento Rio Branco ou transformação de antigas áreas de posse em assentamentos.

Com a transformação dos posseiros em beneficiários de Projetos de Reforma Agrária, houve algumas modificações na base produtiva local. Principalmente como resultado da dinâmica e metodologia utilizada pelos técnicos agrícolas e associações que tomam como carro chefe desse processo o aumento da renda dos camponeses.

Anterior a criação dos assentamentos, predominava, nas áreas de Cristo Rei e Ubá, a lavoura temporária-roça associada ao extrativismo e em número bastante reduzido a criação do gado, a não ser nos lotes ocupados pelos fazendeiros. Além da intensificação da criação do gado, a lavoura permanente é a grande novidade do período pós-assentamento. Os sistemas de produção identificados são:

- Sistema 1 - lavoura temporária-roça, extrativismo, pequenas criações, aves, suínos;
- Sistema 2 - lavoura temporária-roça, lavoura permanente, extrativismo, pequenas criações, aves e suínos, pecuária até 10 cabeças;
- Sistema 3 - Lavoura temporária-roça, extrativismo, pecuária (10 a 50 cabeças de gado);

- Sistema 4 - pecuária e lavoura permanente

É possível encontrarmos os quatros sistemas de produção nos assentamentos aqui estudados. Porém, numa ordem hierárquica, destacam-se:

- Assentamento Cristo Rei: sistema 2, sistema 3, sistema 4 e sistema 1;
- Assentamento Ubá: sistema 2, sistema 1, sistema 3, sistema 4;
- Assentamento Rio Branco: sistema 1; sistema 2.

Observamos que, nos assentamentos Cristo Rei e Ubá, o sistema de produção está imbricado na organização política e na relação de vizinhança. As decisões em torno do tipo de crédito, cultura e forma de organizar a produção são discutidas nas assembléias dos sindicatos e das associações, tornando as relações dentro do PA prenehe de vínculos familiares e de vizinhança.

Tanto num assentamento quanto no outro, grupos de famílias fazem financiamento bancário grupal, mas não só isso, organizam, mesmo que em parte, a produção desta forma (Sistema 1 e 2). Contudo, a utilização do crédito não é vista de forma homogênea pelos assentados.

Em visita aos assentamentos, ouvi um número pequeno, mas significativo, de assentados afirmando que:

Tenho medo de projeto. Não quero conversa com banco, é melhor ser pequeno com liberdade do que ser grande preocupado com dívida. A gente sabe que é muito difícil tirar da roça pra paga o banco. É muito difícil (Manoel, Cristo Rei, Janeiro de 2005).

Além disso, segundo os entrevistados, perdia-se muito tempo com a burocracia,

(...) São muitas idas e vindas ao banco, muita data, continha pra fazer, no final a gente deve tá sempre devendo. Sei que o Luís recebeu crédito mas nunca conseguiu pegar tudo. Toda ida à cidade era uma desculpa, foi pegando um pedaço de dinheiro aqui outro pedaço de dinheiro acolá, e no final, na conta dele ainda tinha um dinheiro, mas quando chegou no

banco já tava devendo. Com a plantação da mandioca não devo pra ninguém (Benedito, Assentamento Cristo Rei, Janeiro de 2005).

(...) Até pensei em tirar dinheiro no banco, mas vi logo que a coisa não é muito boa. Argumas pessoa se dero bem é verdade , mas a maioria é só reclamação, a gente paga pra tudo, quando vai pegar o dinheiro nunca é o tanto que o governo manda. Tem que pagar taxa disso taxa daquilo, no final é mais prejuízo.(...) Outra coisa é que não posso pegar o dinheiro pra produção que eu quiser, tenho sempre que aceitar o projeto do banco. Talvez mais pra tarde eu pegue, mas agora prefiro como ta. Meu filho que tem um lote aqui dentro andou pegando dinheiro (Hélio Calixto da Silva, Assentamento Ubá, Janeiro de 2005).

Ao longo dessas conversas, descobri, na trajetória de vida destes assentados, alguns elementos que, talvez, dêem a pista para entender estes posicionamentos num universo que se apresenta em oposição a eles. Seu Benedito, 72 anos, oriundo do Piauí, mora no lote com a mulher e um filho solteiro. Migrou para o Pará ainda no período da colonização oficial e conheceu de perto a estrutura deste projeto. Segundo ele, conheceu poucos trabalhadores que prosperaram, emprestando dinheiro do banco. Além disso, “sempre vivi da roça e já tô muito velho pra isso”.

Já seu Hélio afirmava não tomar emprestado dinheiro do banco porque preferia trabalhar com as economias que tinha feito ao longo da vida com a ajuda de três filhos que moram em Palmas, Tocantins. Assim, já conseguiu comprar cinco vacas leiteiras e vender o leite para o fazendeiro vizinho.

Como seu Benedito e seu Calixto, existem outros assentados, porém em minoria. Trata-se, geralmente, de não sócios da associação ou sócios distantes da organização. Aproximadamente 100% dos associados possuem algum tipo de crédito agrícola, através do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF A¹³ No assentamento Cristo Rei, 18 famílias possuem PRONAF independente, o restante possui PRONAF grupal. Já no Assentamento Ubá, a maioria dos associados possui PRONAF grupal.

O Assentamento Rio Branco possui algumas particularidades com relação aos dois assentamentos anteriores. Desde o segundo ano de ocupação da terra (1993), a grande maioria dos assentados ligados à associação do assentamento teve acesso a crédito, na época PROCERA¹⁴.

Na sua maioria, os assentados se articularam em projetos grupais e uma minoria em projetos individuais. Porém, a ausência de infra-estrutura no assentamento, tais como eletrificação rural, melhoria da estrada (intrafegável no período de fevereiro a março), acabou por inviabilizar grande parte destes projetos. Em minha primeira visita ao assentamento, em 1998, alguns projetos grupais começavam a ser instalados, com a chegada de infra-estrutura como, por exemplo, casa de farinha, pocilga, aviário e outros.

Em minha última visita ao assentamento, em janeiro de 2005, verifiquei que grande parte desta infra-estrutura tornou-se ociosa, uma vez que a eletrificação rural essencial para a implantação destes projetos nunca chegou ao assentamento. Em meados da década de 1990, os assentados tentaram cultivar hortaliças para atender a feira de Parauapebas, mas as dificuldades de transporte, bem como a debilidade de auxílio técnico fizeram com que os assentados tomassem como inviável este projeto.

Hoje, grande parte dos assentados possui PRONAF A, para projetos de lavoura permanente (cupuaçu, café, cacau), alternativa encontrada para a viabilidade da comercialização da produção, uma vez que estes produtos são mais resistentes ao tempo. No passado, o PA produzia basicamente frutas, verduras e aves.

Os sistemas de produção demarcam claramente uma diferenciação social nos assentamentos, porém nada muito significativo. Esta se torna mais explícita, se compararmos os sistemas 3 e 4 com relação aos sistemas 1 e 2. Esta diferenciação é bem menor no Assentamento Rio Branco, onde a maioria dos assentados se encontram nos dois primeiros sistemas e se resalta mais no Assentamento Cristo Rei, no qual a pecuária é a atividade mais desenvolvida pelos assentados.

Contudo, sustentar esta análise apenas sob o enfoque dos sistemas de produção é perder de vista a diversidade de fatores em que a diferenciação social pode se dar. Observei, por exemplo, que a forma de organização para a conquista da terra, trajetórias de vida, bem como as escolhas pessoais e individuais fortemente marcadas pelos contatos, associações e dissociações com suas histórias de vida, apresentam-se como elementos fundamentais para se compreender o universo da diferenciação social dos assentamentos em estudo.

Observei também que a origem dos assentados e sua tradição agrícola interferem diretamente nas suas escolhas dentro do PA, porém, não de maneira totalizante. Em determinadas situações, a organização política e suas escolhas econômicas irão combinar-se às estratégias de produção ligadas à cultura agrícola anterior do assentado.

Com base nos sistemas de produção, verificamos que a diferenciação econômica apresenta-se mais visível no Assentamento Cristo Rei, ancorada na criação do gado e na lavoura permanente e menos explícita nos Assentamentos Ubá e Rio Branco, onde predominam os sistemas de produção 1 e 2. Os assentados pouco se diferem economicamente uns dos outros a não ser pela escolha, tipo de crédito que pode ser grupal ou individual. Visivelmente, nestes dois assentamentos, a diferenciação está ancorada nos aspectos políticos e organizacionais, materializada nas relações construídas em torno das lideranças sindicais e do presidente de associação.

Neste sentido, penso que as estratégias e formas de acesso a terra na região têm constituído formas particulares de diferenciação social¹⁵ do campesinato amazônico. Contudo, esta diferenciação não se apresenta como elemento de uma suposta desagregação do modo de vida¹⁶ destes sujeitos. A diferenciação destes assentados, observada por mim, está pautada no tripé: econômico, político e cultural. Assim, mesmo onde predomina a criação do gado, essa diferenciação está, ora ancorada em aspectos econômicos, ora em aspectos políticos e culturais.

A existência do gado nas unidades familiares que poderia se apresentar de imediato como elemento fundante para se entender uma suposta diferenciação social aos moldes econômicos, remete-nos à diversidade de possibilidades em que esta atividade pode se constituir.

A gente vê de cara a diferença entre o pequeno produtor e o fazendeiro. O grande ele tem o gado não pra garantir uma necessidade, ele tem uma cabeça, compra, mas e mais e quando a gente vê, ele na cultiva mais nada, ele derruba toda a floresta e põe gado. Ele não vai matar uma bezerra por que o filho adoeceu ou coisa assim, ele pode ate matar um bezerro pra fazer uma comemoração, uma bebedeira, mas não pra vender e comprar semente, ou um mantimento que a gente não tem. O pequeno produtor, tem o gado como garantia, numa necessidade ele pode pegar o bezerro e vender. Dona Maria de Jesus tinha uma vaquinha de leite o filho precisou fazer um tratamento de saúde ela pegou mão do boi, era o que ela tinha pra valer na necessidade. É assim, o gado é como se fosse uma poupancinha pra gente usar quando precise (Francisco, Assentamento Ubá, Janeiro 2005). O leite é muito bom, no é? É muito bom ter o leite pras crianças, até pra gente, mas é isso. A gente vai juntando um dinheirinho e quando deu comprar um gado. Teve dinheiro pra gado, a gente não tinha cerca, aí preferi não entrar no projeto. Fiquei pensando como entrar no projeto e depois ter que usar curral do vizinho, o gado pode dar prejuízo na lavoura, aqui e tudo perto. Achei melhor esperar até a gente ter a cerca (Maria José, Rio Branco, Agosto de 1998).

Tanto na primeira fala quanto na segunda, a criação de gado aparece como mais uma atividade desenvolvida pelo assentado com o objetivo de garantir as necessidades da unidade familiar. Não se verifica, portanto, a perspectiva por parte dos assentados da atividade da pecuária vir a se constituir como possibilidade de acúmulo, mas soma-se a outras atividades (lavoura, temporária, lavoura permanente, extrativismo e criação de animais), como nos assentamentos Ubá e Rio Branco, que garantem a reprodução da unidade familiar.

Da mesma forma, a criação do gado, no assentamento Cristo Rei, soma-se a outras atividades que permitem a reprodução da

unidade doméstica. Contudo, se comparada à importância da atividade pecuária nos lotes dos fazendeiros, verifica-se uma mudança no que se refere ao trabalho. Observei em duas fazendas que este não era realizado pela família, mas por empregados sob a gerência do fazendeiro. Seus filhos casados e solteiros residiam na cidade onde desenvolviam atividades comerciais. Tal observação levou-me a questionar se era a capacidade produtiva, portanto econômica, dos fazendeiros que os diferenciavam dos demais trabalhadores assentados.

Aos poucos, fui percebendo que a questão central não residia apenas no aspecto econômico, mas a ela agregavam-se outros elementos, como explicitam as falas abaixo:

(...) Não gosto muito dessa coisa de reunião, muita conversa, prefiro ficar em casa quanto não to tocando a terra. Depois sai muito disse me disse, prefiro ganhar o meu sustento sem me envolver nesse negócio de confusão (...) (A. M. N, Assentamento Rio Branco, janeiro 2006).

(...) Não quero terra de graça, quero pagar, só que o INCRA não quer negociar, prefere deixar a terra sem produzir, como vejo muito lote. Tem gente que planta uma mandioca e pronto, vai de manhã na roça e passa o resto do dia fazendo sei lá o que. Com certeza esse não vai pagar a terra, eu acho difícil (R. J.M, Assentamento Ubá, janeiro de 2006).

Explicitamente, estas duas falas apresentam relação com a terra permeada por valores que, de certa forma, distanciam-se dos valores apresentados pelo conjunto dos trabalhadores assentados nos três assentamentos pesquisados. A relação de vizinhança, ou mesmo as reuniões do sindicato, apresentam-se para estes como características negativas, que possibilitariam um espaço de intrigas, fofocas etc. Do mesmo modo, as organizações políticas de luta por direitos apresentam-se nas falas acima como sinônimo de “confusão”, agitação social.

Observe que o sentido de reunir, agrupar, aproximar, enfim, elementos que aguçam a sociabilidade do grupo se rompem no processo de reprodução destes sujeitos. O contato com os moradores vizinhos é quase sempre imediatista. Vislumbra-se aqui uma

afirmação personalista, quando o fazendeiro demonstra o desejo de pagar pela terra, em oposição à suposta negação dos demais assentados em respeitarem seus contratos e acordos assumidos junto aos bancos e à União.

A referência à baixa produção da grande maioria dos assentados, remete-nos a um universo onde fracasso e progresso são a espinha dorsal. O progresso estaria circunscrito àquelas propriedades onde o trabalho segue uma rotina controlada pelo relógio que marca o ponto no tempo da fábrica, enquanto que o fracasso é próprio dos preguiçosos, que batem o ponto mais cedo e retornam para casa, sub aproveitando a terra, onde poderiam maximizar a produção para garantir o dito progresso, como exposto nas falas de A. R. M e A. J.M¹⁷.

Nestes termos, expõe-se uma diferenciação social, materializada na relação que estes sujeitos constroem com a terra. Porém, a relação construída destes trabalhadores (assentados) com a terra não se fundamenta univocamente na relação de produzir bens materiais, mas na possibilidade que a terra apresenta de garantir a reprodução da unidade familiar.

Assim, não é possível pontuar uma atividade ou outra como o elemento condicionante da diferenciação social (por exemplo, a existência ou não do gado nos lotes), mas na forma como se organizam tais atividades produtivas, interferem na reprodução social do camponês, ao mesmo tempo em que o camponês interfere na organização destas atividades, tornando-as parte do seu modo de vida.

Numa outra perspectiva (assentados/camponeses), relações de solidariedade e de vizinhança se complementam com a organização política, explicitando outros elementos que alargam o sentido da diferenciação social:

Aqui no Pará se a gente quer terra a gente tem que arriscar. Eu chegando do Maranhão comprei o direito de um camarada, que na hora me entregou um pouquinho de terra. Lá tinha mais um grupo de pessoas que me convidaram pra eu entrar

mais eles. Quando vi, nos já tava no INCRA, era gente de lugares diferente, mas é como se nós nos conhecesse a muito tempo. Assim fomo garantindo direito de ficar no Cristo Rei. Conheci o Vicente, eu me dei muito com ele e ele comigo e nos tomemos de conta da invasão. Apareceu o Sindicato e eu fui ser delegado, pois ninguém quis concorrer comigo, fui delegado 3 anos e passei para a diretoria do Sindicato, agora tô fazendo o quinto mandato e o Vicente junto comigo (Raimundo, Presidente do Sindicato de Itupiranga, antigo morador do PA Cristo Rei, Janeiro de 2005)

No início da década de 90, aglutinavam-se, no antigo Castanhal Cristo Rei, pessoas dos mais diferentes lugares e experiências de vida, comungando do sonho da conquista “dos papéis”, ou seja, a conquista legal da terra.

Nesse tempo, as famílias foram se aproximando e constituindo laços estreitados de vizinhança e solidariedade. A organização do Sindicato na área colocou em evidência os nomes de seu Vicente e seu Raimundo, que passaram a ser os interlocutores dos reclames destes posseiros. Do mesmo modo, Dona Maria, no assentamento Ubá e Chico do barraco no assentamento Rio Branco são reconhecidos como representantes dos assentados, dentro e fora do assentamento.

Diferentemente das relações paternalistas, constituem-se aqui como principais interlocutores, sujeitos vistos como iguais, porque se apresentam nas mesmas condições (desprovidos do domínio da terra) e comungam com os demais, quer referentes às atividades que garantem a reprodução da unidade doméstica ou a unidade do grupo (assentados). Assim, o prestígio político no interior do assentamento, assim como a organização política do assentamento, constituir-se-iam em elementos fundamentais para se compreender a diferenciação social do campesinato desta região da Amazônia.

A forte presença do sindicato de trabalhadores rurais demarca um elemento importante das relações que se constituem no interior dos três assentamentos estudados. Mais de 70% dos assentados são filiados aos STRs. Porém, é inegável que o tempo de atuação do Sindicato, assim como a participação de tal organização no período

de entrada na terra particulariza tal ação. Forjam-se, neste processo, lideranças locais que extrapolam o limite territorial do assentamento. Seu Vicente, por exemplo, era figura conhecida no município por sua atuação no sindicato.

Já a construção da consciência política reservou aos senhores Vicente e Raimundo o prestígio, afinal, não havia entre eles e os assentados qualquer relação mediada pelo favor individual ou coletivo. Para estes trabalhadores (assentados), os senhores de prestígio eram reconhecidos como artífices da luta, da qual faziam parte.

Quando o Vicente ou o Raimundo vai ao INCRA, é como se nos fosse com ele, por que nos sabe que eles vão falar por nós, nós sabemos que podemos confiar, por que eles estão na luta com a gente, não é alguém que disse que vai ajudar, é alguém que vive com a gente passa as dificuldade que a gente passa, não tem como não confiar. Mas a gente sabe que tem hora que tem que ir todo mundo lá pro INCRA, pro banco, por que só eles não tem força, quando é assim a gente vai fazer o que tem pra fazer (Seu Benedito, assentamento Cristo Rei, janeiro de 2006).

Destaca-se, nesta fala, o papel do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais como uma figura marcante na construção da luta por direitos e construção da identidade política. Porém, estes mesmos trabalhadores não descartam a importância da ação coletiva. Por isso, nem sempre a negociação pode ser feita apenas com a presença das lideranças, mas exige a presença do conjunto de trabalhadores. Movimentações políticas como o Grito da Terra e os grandes acampamentos, que foram organizados na região a partir de 1990, exemplificam esta afirmativa.

Nos assentamentos Cristo Rei e Ubá, destaca-se a figura dos delegados do sindicato, como um nome aglutinador, e que reúne em torno de si o debate, a organização da luta no assentamento. Já no Assentamento Rio Branco, tal liderança está diretamente relacionada aos nomes dos presidentes das associações de produtores. Observei que a organização política apresenta-se diluída

no seio da associação de produtores rurais, tanto no assentamento Cristo Rei, quanto no assentamento Ubá e Rio Branco. O espaço da associação é o espaço da construção das lutas e, por conseguinte, do debate e da formação política. Assim, os presidentes das associações acabaram ocupando também a função de delegado do sindicato. Eles, assim, se tornam peças-chave nas mais diversas atividades desenvolvidas dentro e fora do assentamento.

À guisa de conclusão

Alguns dos camponeses que haviam discutido com ele [o fazendeiro russo Liêvin] por causa do feno, tanto aqueles com quem fora injusto como os que tinham procurado enganá-lo, cumprimentavam-no, alegres. Sem dúvida, não sentiam nem podiam sentir rancor algum, nem tão pouco arrependimento, pois não se lembravam sequer do que acontecera. Tudo se afundara no mar alegre do trabalho em comum. Deus dá o dia e também as forças; o dia e as forças são consagradas ao trabalho, e é toda essa recompensa. Para quem é o trabalho? Quais os seus frutos? Eis reflexões secundárias e insignificantes (LEON TOLSTOI, 1995, p. 270).

Procurei ao longo deste trabalho apresentar as transformações sofridas pela região Sudeste do Pará, com destaque para o período de intensificação da política de assentamentos e suas implicações na organização da agricultura camponesa no Sudeste Paraense. Buscou-se estudar a organização interna do PA e as marcas da diferenciação social impressa neste território.

Verifiquei que a desterritorialização conseqüente da desenfreada privatização das terras na Amazônia promoveu, de uma certa forma, a ampliação das estratégias e ações de segmentos sociais envolvidos na luta pela terra. Da mesma forma, o sentido da luta se ampliou, apoiado no surgimento dos novos movimentos sociais e nas suas demandas. A luta do posseiro se agregou à luta do sem terra, do sem teto, dos atingidos por barragem, da questão indígena e de tantas outras.

Posteriormente busquei, através da trajetória social dos assentados nos assentamentos Ubá, Cristo Rei e Rio Branco, compreender como suas experiências e vivências concorriam para uma forma particular de organização nos referidos assentamentos. Constatei, por exemplo, que a organização da produção está fortemente marcada pela cultura natal, de origem nordestina, não se apresentando necessariamente como elemento que geraria uma suposta diferenciação social.

Independentemente da orientação de mercado, estes trabalhadores orientam as suas produções para a garantia das necessidades, alimento, moradia, saúde, sem, contudo, atentarem para sua maior ou menor inserção no mercado. Enfim, o mercado não organiza a sua produção. São, sobretudo, fugitivos da terra escassa e da vida de necessidade. Por isso, obstinadamente orientam-se para a garantia da vida. A garantia nada mais é do que a reprodução do grupo social. Assim, toda a dinâmica da vida camponesa está entrelaçada com o modo de vida familiar que modela e é modelada pelo trabalho.

Por último, analisei a diferenciação social que se descortina no processo de construção da vida como assentado sem, contudo, apresentar-se marcada univocamente pelo elemento econômico. À medida que era introduzida no universo destes sujeitos, o sentido da diferenciação social se descortinava através dos elementos da cultura, da organização política e mesmo do processo produtivo sem, contudo, apresentar-se como elemento fundante, mas sim que se associava aos demais.

Diferentemente das abordagens clássicas que acenam para a posição do camponês em dois extremos da estratificação social¹⁸, percebi que nos assentamentos estudados a diferenciação social apresenta-se para além do processo de produção econômica. Na verdade, ele se materializa, sobretudo, nas relações sociais que estreitam os laços de solidariedade e organização política dentro do assentamento.

Muito mais do que referência à capacidade produtiva do assentado, ressalta-se a capacidade organizacional edificada por eles ao longo do processo de construção de luta pelo assentamento. O elemento político perpassa as várias fases da luta pela terra, quer seja no momento da luta pelo seu acesso, quer na luta pela permanência nela.

Neste ínterim, forjam-se “autoridades”, representantes por excelência da fala, dos desejos e anseios do grupo como um todo, porém, sem jamais se tornarem unanimidade. Tal projeção não se constrói facilmente. Requer tempo de amadurecimento e de atuação em meio a estes trabalhadores. Percebi que a vida destas lideranças confunde-se com a própria história de luta: uma coisa aparece diretamente ligada à outra.

Com isso, é possível afirmar que a organização da produção pelos assentados, assim como seu universo cultural e de organização política aparecem como elementos interligados e que fornecem conteúdo à diferenciação do campesinato no Sudeste do Pará.

Notas

* Doutora em Geografia Humana pela Universidade Estadual de São Paulo (USP) e professora do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - CEFET/PA. Endereço para correspondência: Rua dos Caripunas 1571, bloco B, apto. 401, Batista Campos, CEP 66033-230, Belém-PA. Email: catiamacedo@yahoo.com

¹ Este artigo é parte do terceiro capítulo de minha tese de doutorado intitulada “A Diferenciação Social do Campesinato no Sudeste do Pará”, defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP. A pesquisa se concentrou nos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco, localizados, respectivamente, nos municípios paraenses de Itupiranga, São João do Araguaia e Parauapebas.

² Vale destacar que adotamos neste trabalho uma perspectiva de tradição enquanto um dado sócio-cultural essencialmente dinâmico e mutável. Sobre isto ver Hobsbawm (1997).

³ Entendemos cultura no sentido de Durham (1980: 13), enquanto o “(...) processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica (...)”.

⁴ Este (re) enraizar-se implica diretamente na construção da territorialização camponesa, momento em que o território apresenta-se sob o domínio dos camponeses, através da reprodução social dos mesmos. Isto por sua vez está diretamente relacionado ao processo produtivo, valores, traduções, formas de associações e trajetórias de vida. Sobre territorialização camponesa ver Simonetti (1999). Fernandes (1996), (1998), (1999) e (2003), Marques (2002) & Oliveira (1989), (1991), (1995a), (1995b) & (2004).

⁵ Ver Bergamasso (1991).

⁶ Neste trabalho, o termo camponês indica uma forma de organização socioeconômica que pressupõe, organização social, regras de trabalho familiar e elementos culturais.

⁷ Ver Velho (1972), (1979) & Ianni (1979).

⁸ Ver Hébette (1981), (1996), (2004).

⁹ Ver Hébette (2004).

¹⁰ Woortmann (1990) em “Com parente não se neguecia”, aponta que o afastamento do modo de vida camponês pode se apresentar como um elemento de reencontro com elementos da vida camponesa.

¹¹ Ver Macedo (2000).

¹² Segundo informações oficiais, (INCRA, 2002) de 1986 a 2002, foram criados pelo INCRA no Pará 432 assentamentos de reforma agrária, representando uma área total de 5.908.872,27 há. Destes 271 assentamentos sob a jurisdição da SR-27, (Marabá) e 89 assentamentos sob a jurisdição SR-01. A região Sudeste do Pará reúne 74,60% dos assentamentos criados no Pará. De acordo com relatório de Pesquisa “Políticas Públicas e acesso à terra no Estado do Pará”, foram identificadas no Pará pelo menos seis situações diversas, englobadas sob a denominação de assentamentos de reforma agrária: 1- Situações que não se enquadram no sentido de “Reforma Agrária” propriamente dita, tratando-se de simples reconhecimento de uma situação fundiária criada a mais de 150 anos atrás, antes da lei de terras de 1850 e regidas por práticas costumeiras, como é o caso das quatro áreas de remanescentes de quilombos do município de Oriximiná, representando um total de 157,819,25 ha ou, pois, de regularização fundiária, permitindo o acesso a alguns benefícios parciais do INCRA; 2 - Simples reconhecimento jurídico tardio, após vários anos, de situações criadas por ocupações espontâneas por posseiros; 3 - Áreas reivindicadas por sem terra com base na constituição, como terras improdutivas e, nessa condição, desapropriadas pelo INCRA, como tem acontecido mais recentemente; 4 - Simples regularização da situação das fazendas falidas ocupadas pelos trabalhadores; 5 - Trocas de terras privadas por terras devolutas ou da União na ocasião de deslocamento compulsório de populações, como no caso no caso da barragem de Tucuruí; 6 - Pequenas áreas do patrimônio de municípios, cedidas em convênios com o INCRA, na proximidade da cidade a trabalhadores sem terra com vistas a atividade hortícola ou piscícolas, como são os chamados casulos que, distribuídos em 06 municípios, ocupam uma área total de 1.401,84 hectares atendendo a pouco menos de 500 famílias.

¹³ Além, de sua linha de crédito e investimento o PRONAF dispõe de infra-estrutura e serviços municipais, concedidos as Prefeituras, cujos municípios funcionam o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário – MDA. Existem hoje no Pará 55 municípios habilitados a esta modalidade, sendo que em 45% destes há projetos de assentamento (PAS) implantados.

¹⁴ PROCERA era um recurso destinado pelo Governo Federal para o custeio da produção. A partir de 1995 era liberado para cada família uma vez por ano.

¹⁵ No artigo “Diferenciação sócio-econômica do campesinato”, Neves (1988) reflete sobre as limitações do estudo da diferenciação sócio-econômica do campesinato feitas à luz do instrumental teórico marxista, bem como enseja novas perspectivas de estudo para o tema. Sua análise rompe com o sentido unilinear da realidade camponesa e aponta a diferenciação social como resultante de processos internos construídos a partir da dinâmica dos próprios grupos em sua luta pela participação política no seio da sociedade. Ver Também, Neves (1995), Garcia (1989), Junior (2002). Neste trabalho, entendemos que pensar o camponês na perspectiva da diferenciação social 'e pensá-lo na sua diversidade, atenta aos seus aspectos político, econômico e cultural, isto é articulando seu modo de vida e de subsistência àquelas práticas sociais cujo significado é produzido a partir de uma manipulação simbólica feita pelos próprios camponeses em seu cotidiano.

¹⁶ Para a socióloga Elisabeth Lobo (1992: 10), o modo de vida corresponde às práticas de produção e consumo, às formas de sociabilidade da vida cotidiana e as relações de

poder que entrecruzam a vida social.

¹⁷ A pedido dos entrevistados as falas dos fazendeiros serão identificadas apenas com as suas iniciais.

¹⁸ Ver Kautsky (1982) e Lênin (1982).

Referências

BERGAMASSO, S.M. & CARMO, M.S. "Reforma Agrária dá certo?", **Reforma Agrária**. V.21,n 01,jan/abr.Campinas: ABRA, 1991.

DURHAM, Eunice R. "A dinâmica cultural na sociedade moderna", **Arte em Revista**, No. 3, São Paulo, 1980. (pp. 13-14)

FERNANDES, B. M. **MST – Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Questões Teórico- Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 75, São Paulo, 1998.

_____. **Contribuição do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST**. São Paulo, FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutorado)

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social. **Currículo sem fronteiras**, V.3, N.1, jan/junho, 2000. (pp.11-27)

_____. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Cadernos de Formação. N. 30, São Paulo, 1998.

GARCIA, J.A. **O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Brasília: UNB-MCT-CNPQ, 1989.

HÉBETTE, J. (Org). **O cerco está se fechando**. Belém: Vozes FASE, NAEA, UFPa, 1991.

HÉBETTE, J. **A Resistência dos Possesiros no Grande Carajás**. Caderno do CEAS. Salvador, 1986. (pp.67-75)

_____. **Cruzando Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. (Vol. I, II, III, IV)

HÉBETTE; ALVES & QUINTELA. Parentesco, vizinhança e organização. In: J. Hébette; S. B. Magalhães; M.C. Maneschy (Orgs.), **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002. (pp.173-2002)

HOBSBAWM, E. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JUNIOR, A. T. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canaveira paulista. São Paulo: Anablume, 2002.

IANNI, O. **A Luta pela Terra**: a história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KAUSTKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1982.

LÊNIN, V.I **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOBO, E. S. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. Tempo Social; **Revista de Sociologia**. N.4(1-2):7-5, São Paulo, 1992.

MACEDO, C. O. **Ilhas de Reforma Agrária no oceano do latifúndio**: a luta pela terra no assentamento 17 de abril-PA. São Paulo: FFLCH/USP, 2001 (Dissertação de Mestrado).

MARQUES, M. I. **De Sem Terra a Possheiro, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária**: o caso dos Assentados nas Fazendas Retiro e Velha-GO. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese de Doutorado)

NEVES, D. P. "Diferenciação Sócio-Econômica do campesinato".
Revista ANPOCS, Cortez, 1988. p.220-241.

OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Agricultura Brasileira: Transformações Recentes** In: Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995a.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Série Princípios, 1995b.

SIMONETTI, M. C. L. A Longa Caminhada: **A (Re) construção do Território Camponês em Promissão**. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutorado)

SILVA, L. H. B. da. **Diferenciação Social e Campesinato**: um estudo sobre o PA Tropicália no Nordeste do Pará. Belém: CFCH/UFPA, 2004. (Dissertação de Mestrado)

TOLSTÓI, L. N. **Ana Karênina**. São Paulo: Nova Cultural, 1995.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

WOORTMANN, K. **"Com Parente não se Neguceia"**: o Campesinato como Ordem Moral. Anuário Antropológico/87. Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990.

Abstract

Overcoming violence and entering peasant environment related to their access and permanence in land, we intend to deal in this work with the theme of peasant social differentiation, proposing new issues on the debate. Thus, the chosen departure point concerns these people's social life experiences related to their history of seeking for land acces. We aim to understand how different strategies of fighting for land refer to internal organization of settlers, whenever related to production, political organization, sociability, but especially concerning peasantry social differentiation in this region. The research focused *Cristo Rei, Ubá a Rio Branco* settlements, located respectively in the towns of *Itupiranga, São João do Araguaia* and *Parauapebas*.

Keywords: social differentiation; peasant agriculture; peasantry; politics; peasant territory, rural settlements culture.